



PARECER Nº 03 , de 2019 - CESC

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA sobre o Projeto de Lei nº 1.087, de 2016, que *Inclui o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular de matrícula facultativa, em todos os níveis da educação básica, nas unidades escolares das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal.*

AUTOR: Deputado BISPO RENATO ANDRADE

RELATOR: Deputado PROF. REGINALDO VERAS

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	1087 / 2016
Folha nº	29
Matrícula	227917 Rubrica:

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura o Projeto de Lei nº 1.087, de 2016, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que inclui o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular de matrícula facultativa, em todos os níveis da educação básica, nas unidades escolares das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal, cabendo ao Poder Executivo a sua regulamentação no prazo de 180 dias contados da data de sua publicação.

De acordo com a justificação, o autor ressalta que o presente projeto objetiva garantir os direitos constitucionais à proteção e integração das pessoas com deficiência, interferindo, direta e positivamente, no direito à educação permitindo a aquisição de novos conhecimentos por parte dos estudantes.

O PL 1.087/2016 foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Encaminhada a esta Comissão para exame, a proposição não recebeu emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 69, I, 'b' do Regimento Interno da Casa, compete a esta Comissão de Educação, Saúde e Cultura analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das matérias que versem sobre educação pública e privada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



Na análise de mérito, cumpre avaliar os aspectos de necessidade, conveniência, oportunidade e viabilidade da proposição.

Com relação à necessidade, importa saber se já existe instrumento legal, distrital ou nacional, voltado à resolução do problema que a proposição se propõe a remediar. Ademais, impõe-se verificar se, mesmo em caso de inexistência de instrumento legal a respeito, seria a via legislativa a mais adequada ao enfrentamento do problema.

Com respeito a isso, a Constituição Federal traz as seguintes determinações pertinentes à abordagem da matéria:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

.....

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

.....

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", a LDB, determina, em seu art. 9º, IV, incumbir à União "estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum".

A LDB também estabelece que

*Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio **devem ter base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.*

*§ 1º Os currículos a que se refere o caput **devem abranger, obrigatoriamente, o estudo** da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. (Grifos do Relator).*

E os conteúdos curriculares da educação básica tem, entre suas diretrizes, "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática" (art. 27).

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	1087 / 2016
Folha nº	30
Matrícula	72291
Assinatura	Higley



A LDB estabelece ainda a incumbência dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, elaborar e executar sua proposta pedagógica (art. 12).

Com relação à conveniência, à oportunidade e mesmo à viabilidade da proposição, uma vez que ela trata de inclusão, por meio legal, de conteúdos curriculares da educação básica, convém trazer à tona o que há de normatização federal sobre a matéria. A esse respeito, a mencionada Resolução nº 4/2010 da CEB/CNE estabelece:

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

Art. 15. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola.

§ 1º A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar. (Grifos do Relator).

Em análise esclarecedora do conteúdo do art. 15, § 1º, da Resolução, o Parecer CNE/CEB Nº: 22/2008, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, leciona:

As escolas têm garantida a autonomia quanto à sua concepção pedagógica e para a formulação de sua correspondente proposta curricular, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, dando-lhe o formato que julgarem compatível com a sua proposta de trabalho. Por ser essa a lógica da LDB, o Parecer definiu, como diretriz curricular, que as escolas, ao usarem a autonomia que lhes dá a Lei, se obrigam a garantir a completude e a coerência de seus projetos pedagógicos. Assim, devem dar o mesmo valor e tratamento aos componentes do currículo que são obrigatórios, seja esse tratamento por disciplinas, seja por formas flexíveis e inovadoras, por exemplo, unidades de estudos, atividades ou projetos interdisciplinares e contextualizados, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas diversas de organização. (Grifos do Relator).

Assim, um ponto crucial sobre o ordenamento legal da Educação brasileira, no que se refere ao currículo da Educação Básica, é que as escolas têm autonomia para desenvolver sua concepção pedagógica e para formular sua correspondente proposta curricular, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino.

Com relação ao último ponto, trata-se de aplicar o que está inscrito nos artigos 12 e 26 da LDB, sobre a autonomia pedagógica das escolas e sobre a complementação do currículo, na parte diversificada, por estas e pelos respectivos sistemas de ensino.

Também aqui no Distrito Federal, o princípio da autonomia pedagógica das escolas é reafirmado na Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que "dispõe sobre o



Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal". O Capítulo III (Da Autonomia da Escola Pública) consagra sua seção I (Da Autonomia Pedagógica) ao tema, da seguinte maneira:

Art. 4º Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.

Não por outra razão, a Resolução nº 1/2018 - CEDF (alterada pela Resolução nº 2/2019 – CEDF), que "estabelece normas para a Educação Básica no Sistema de Ensino do Distrito Federal", define que:

Art. 16. A Parte Diversificada do currículo, de escolha da instituição educacional, deve estar em consonância com a sua Proposta Pedagógica, integrada e/ou contextualizada nas áreas do conhecimento, por meio de conteúdos curriculares, eixos temáticos, disciplinas, atividades ou projetos, coerentes com o interesse da comunidade escolar e com o contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural, que enriqueçam e complementem a Base Nacional Comum. (Grifos do Relator).

Portanto, é forçoso reconhecer que a inclusão, por meio de lei local, de conteúdos curriculares, temas transversais, disciplinas e outras atividades nos currículos da educação básica contraria o espírito democrático da educação brasileira consagrado na Constituição Federal e na LDB.

Isso porque os temas que devem ser priorizados na formação básica do educando, estabelecidos pela Lei, devido a reais limitações de tempo e sempre tendo em conta os objetivos de eficácia e de eficiência da educação, já foram criteriosamente selecionados.

Cabe ao estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar, determinar no projeto pedagógico o que, além das disciplinas obrigatórias nacionais e dos Temas Transversais já estabelecidos, considera apropriado e viável para seus alunos, em termos de estrutura curricular, podendo sempre alterá-lo ao longo do processo de ensino, conforme entendimento da comunidade.

Essa dinâmica prevista na legislação nacional sobre a Educação restaria completamente inviabilizada com a inclusão de mais conteúdos no currículo por lei.

Pode-se facilmente imaginar as dificuldades práticas dos operadores do sistema educacional no DF para adequar a estrutura desse sistema, todos seus recursos e meios, ao atendimento de diretrizes emanadas de leis sobre inclusão de conteúdos curriculares e temas transversais no currículo da educação básica.

Ressalta-se, portanto, que a autonomia e a liberdade conferidas às escolas são conquistas decorrentes do processo de redemocratização do Brasil, consagrado na Constituição Federal de 1988, e reafirmado, para a educação brasileira, com a nova LDB, de 1996. A possibilidade de participação da comunidade na determinação do que



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



deve ser ensinado em suas escolas, além do rol do que é obrigatório, é uma valiosa conquista democrática, que deve ser permanentemente reforçada, e não restringida, como acabaria acontecendo se a todo momento fossem incluídos novos conteúdos curriculares por lei.

Assim, considerado o exposto, votamos pela **REJEIÇÃO**, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.087/2016, no âmbito desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Sala das Comissões, em

de 2019.

DEPUTADO JORGE VIANNA
Presidente


DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
Relator

Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC	
PL nº	1087 / 2016
Folha nº	33
Matrícula	22747 Rubrica: 